



Breve Balanço das Eleições da Apeoesp

Como era de se esperar, a direção sindical burocrática venal, contando com o apoio de parte da oposição, que traiu a categoria mudando de lado, venceu as eleições, depois de 6 anos, seu mandato mais longo. Já são quase 40 anos da mesma direção à frente da Apeoesp. A chapa 1, da situação, obteve 82% dos votos, contra 12% da Oposição Combativa, e 3,8% da chapa 3 (UP). Em grande medida, a vitória da burocracia e dos neopelegos reflete a unificação dos partidos e correntes políticas governistas (base do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin). O grande deslocamento da maior parte da oposição para esse setor governista fez com que a direção da Articulação/PCdoB conquistasse importantes subsedes da capital e da Grande São Paulo, que há anos haviam perdido para a então chamada "Oposição Unificada".

É importante apontar que as eleições foram marcadas pelo intenso controle da burocracia que, desta vez, contou com aqueles que um dia foram oposição. Existem denúncias de urnas fraudadas, várias listas assinadas com a mesma caligrafia, e até o mesmo nome, corte de urnas em regiões que a oposição atua contra a

pelegada, para diminuir a votação. No pós eleições, os golpes continuaram, como em Mauá, onde os burocratas querem burlar a vitória da chapa 2, contrariando a democracia sindical e até mesmo os estatutos que eles mesmos fizeram.

Essa nova direção ampliará o controle sobre o sindicato, como também ampliará sua conciliação de classes, tornando o sindicato em um porta-voz do governo Lula/Alckmin e de suas políticas. A última audiência na ALESP com o secretário Feder bastante à vontade, sentado ao lado de Maria Izabel fingindo estar brava com ele, é a prova disso. Nessa audiência, o secretário não se comprometeu com nenhuma reivindicação apresentada pela direção do sindicato. No dia seguinte, o governo apresentou à ALESP um projeto de lei que prevê um reajuste de míseros 6% aos servidores, incluindo o magistério. O anúncio desse reajuste, no dia seguinte ao da audiência, é uma pequena amostra da conciliação entre a direção sindical e o governo. ●

Por um sindicato combativo e de lutas, fora com o governismo fruto da conciliação de classes!

— A VIRTUALIDADE GOLPEIA A DEMOCRACIA SINDICAL —

A já limitada democracia sindical no interior dos sindicatos burocratizados tem sido brutalmente golpeada com a virtualidade, anulando as instâncias deliberativas da classe. As reuniões virtuais tendem a favorecer a direção burocrática para exercer um controle maior às falas opositoras, isso quando não as anula por completo, a exemplo do que vem ocorrendo no Sinpeem, onde a burocracia cerceia as falas opositoras em reuniões e assembleias, sobre informes dos ataques e propostas opostas às da direção, e que não deliberam nenhuma ação concreta.

A política de isolamento social, em 2020, abriu o caminho para as burocracias consolidarem mais esse artifício das instâncias organizadas de forma virtual, que servirá para anular a democracia sindical e im-

por o imobilismo. Mesmo com as escolas em pleno funcionamento, e a categoria amargando uma série de ataques do governo, a burocracia segue com encontros virtuais, onde o controle e cerceamento atingirão o mais alto grau de burocratização, permitindo que os burocratas se transformem em palestras da direção do sindicato, onde não se delibera nenhuma ação coletiva de enfrentamento direto ao governo.

Isto, enquanto a categoria vem sofrendo diariamente com as manifestações da crise econômica e social no interior das escolas, combinada com a falta de recursos humanos e materiais, que tem intensificado a piora das condições de trabalho e ensino, além do arrocho salarial. Essa realidade tem elevado o número de afastamentos médicos dos servidores, o que

contribui ainda mais para o caos nas escolas. Diante desse quadro, o que se espera, minimamente, é que os trabalhadores possam denunciar as mazelas, deliberar e propor reivindicações e ações de enfrentamento a elas, mas sabemos que virtualmente não se organiza com a plena democracia sindical a luta coletiva e concreta.

Neste sentido, temos de denunciar perante a categoria esse ataque à democracia sindical, e convocar a construir uma fração classista e revolucionária, que cumpra a tarefa de recuperar o sindicato das mãos dos burocratas, para colocá-la a serviço dos interesses coletivos, da organização da luta, com os métodos da ação direta, para impor as reivindicações da categoria, o que passa primeiramente pela convocação das assembleias e reuniões presenciais. ●

O que está por trás desse novo concurso?

O novo governo Tarcísio/Feder anunciou um novo concurso para o magistério paulista, mas temos de questionar, qual é a armadilha do governo com esse concurso? Devemos saber que, diante da crise capitalista, os governos nos últimos anos vêm sendo obrigados a atacar os serviços públicos com suas contrarreformas, foi assim com a reforma da Previdência, com a reforma trabalhista, com a reforma do Ensino Médio, e com as terceirizações que

aprofundaram as contratações precárias. Esse novo concurso vem nesse mesmo sentido, imporá à categoria um conjunto de retrocessos e retirada de direitos, conquistados com muitas lutas pelo magistério. São eles: 1) hoje termos mais de 96 mil professores sob a contratação precária, os chamados categoria O. O número de vagas, 15 mil apenas, e regionalizados, é uma prova de que o governo pretende manter a esmagadora maioria dos professores com essa

contratação precária; 2) O novo concurso será dentro da nova carreira lei 1374/22, que substituiu o salário por subsídio, atacando, não só o direito ao reajuste, mas também as aposentadorias, uma vez que os reajustes e evoluções da falsa nova carreira não serão levadas para a aposentadoria; 3) Como a lei coloca formas de evolução através de provinhas controladas pelo governo, que poderá não conceder essas evoluções, pois, dependerá das “condições de caixa” para conceder os penduricalhos, temos aqui um grande engodo; 4) O concurso será usado como cadastro de reserva, o que obriga os professores já contratados e desempregados a prestá-lo. Aqui está um grande absurdo desse concurso: o governo consolida um ponto da lei 1093, que criou a contratação precária, quando esta diz que o professor estará submetido a provinhas para ser contratado. Como podemos ver, o concurso servirá para impor uma

seleção eliminatória aos professores, os que não passarem ou que não prestarem a prova, terão direito à atribuição de aulas? Ao que tudo indica não, a não ser que o governo precise; 5) Esse concurso impõe a gravação de uma “aula” de 5 a 7 minutos, e o absurdo é que esse vídeo valerá 40% da pontuação do concurso. Com certeza, o governo o avaliará de forma subjetiva, para escolher, possivelmente com a ajuda dos dirigentes, supervisores, entre outros, os que serão “aprovados ou reprovados”. ●

Que o Sindicato chame logo as reuniões de representantes de escola e a assembleia geral, para a categoria rechaçar esse concurso, que já nasce como uma fraude do governo. Que o sindicato defenda a estabilidade dos professores contratados sem concurso público, eles já provaram sua competência no trabalho diário!

O arcabouço fiscal é o mesmo teto de gasto de Temer e Bolsonaro, devemos combatê-lo com o método da luta de classes

Foi aprovado na Câmara e no Senado, recentemente, o novo arcabouço fiscal. Este tem como essência controlar os gastos do governo, para garantir o parasitismo financeiro em torno da dívida pública. Esse novo plano do governo, não só concretiza a política econômica do governo, como também serve como um aceno ao imperialismo americano e europeu, e ao conjunto do mercado financeiro, de que o governo não medirá esforços para garantir os lucros dos exploradores, e impor a crise econômica do capital sobre os explorados. Outra essência do novo teto de gastos é o corte nas áreas de serviços públicos essenciais aos mais pobres, como educação, saúde, moradia, entre outros. Como medidas de ataques, o arcabouço prevê o congelamento dos salários para os próximos anos e a não contratação de novos funcionários,

caso o governo não consiga se manter dentro na meta dos gastos; nesse caso, ainda, o aumento dos gastos será reduzido a 50% do aumento da arrecadação, prejudicando os investimentos do estado na economia.

Contraditoriamente, o governo liberará R\$ 20 bilhões do BNDES para subsidiar as montadoras em crise. Como podemos ver, o capitalismo em decomposição precisa de subsídios estatais e aumento da exploração do trabalho para manter seus lucros, seja na produção, seja na especulação.

O processo de desindustrialização que acontece nas potências e nas semicolônias corresponde à crise mundial do capitalismo em decomposição, retrocesso sobre o qual ocorre a expansão das forças produtivas chinesas (nacionalizadas nos ramos chaves da economia), principalmen-

te. Na fase do imperialismo, o avanço das forças produtivas de um país ou região só podem ocorrer em detrimento do retrocesso de outras. Esse choque agrava a guerra comercial e aponta aos confrontos bélicos, como já ocorre na Ucrânia, entre OTAN e Rússia, e se encaminha para outro conflito armado entre China e EUA, no Sul do Pacífico. Os explorados estarão sempre na trincheira oposta à do imperialismo, e lutarão no mundo todo em unidade pela derrota da burguesia mundial em todas as frentes.

Abaixo o arcabouço fiscal, defender as necessidades das massas como emprego, salário, fim da fome com os métodos da luta de classes, nada de sentar com os governos para aprovar acordos rebaixados pelas costas dos trabalhadores! Em defesa das assembleias de base! ●

O ANÚNCIO DO MÍSERO REAJUSTE, LOGO DEPOIS DA AUDIÊNCIA

Após a audiência pública, organizada pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, presidida por Maria Isabel, ocorrida nesta terça-feira, 20 de junho, com Secretário Estadual da Educação, ocorreu como num jogo de cartas marcadas entre o governo e a direção. Logo no dia seguinte, o governador Tarcísio encaminhou à Alesp um projeto de lei com proposta de reajuste de 6% aos servidores públicos, englobando o magistério. Chama a atenção que a ação do governo ocorre após a audiência entre o secretário Feder e a burocracia do sindicato. O Secretário demonstrou na audiência não conhecer o magistério e seus

problemas. Em sua fala, colocou-se de forma genérica (pessoal) em relação às APDs, pagamento do ALE, e a questão de as faltas aulas não serem computadas como falta dia. Em sua fala, não houve nenhum comprometimento com as mudanças ou revogações que devem ser feitas. Rossieli usou sua fala descolada e harmônica para passar a falsa imagem de que se preocupa com os professores e a educação. Essencialmente, precisamos perceber que o empresário, que tem contrato celebrado com a Secretaria na ordem de R\$ 200 milhões, não está preocupado com as terríveis condições salariais e de trabalho do magistério paulista. O reajuste

anunciado não repõe as perdas acumuladas nos últimos anos, a inflação anual e o reajuste do piso. Segundo dados do DIEESE, de 2018 até aqui, o nosso salário perdeu mais da metade do seu poder de compra. A safadeza é que o salário do governador foi reajustado em 50% no começo do ano, e o dos deputados, em 37%, conjuntamente. A alta cúpula dos serviços da burguesia ganham bem, para impor aos explorados sua crise com a destruição física e mental destes. ●

Fora com os conchavos com o governo destruidor da Educação Pública! Lutarnas ruas pela reposição integral das perdas salariais e aumento acima da inflação oficial!